

POR ENTRE MEMÓRIAS E ESTÓRIAS: REMEMORAÇÕES DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS IDOSAS

Jorge Nei Neves; Amanda Pionoski Prudente; Anna Luiza Alves Syroca

Colégio Estadual Santo Antonio – Pinhão/PR phosantoantonio@seed.pr.gov.br

Introdução

Em determinadas culturas, o idoso representa herança histórica, continuação, agente da história. A título de exemplo pode-se pensar sobre as instituições de acolhimento para idosos em algumas comunidades orientais, as quais garantem a independência e autonomia do idoso; trata-se de uma forma de organização social destes povos, os quais carregam a ideia do idoso como uma configuração de segurança.

A compreensão da memória e as recordações da pessoa idosa podem servir não apenas para o conhecimento do indivíduo, mas essas recordações, as experiências narradas, a história de sua vida, podem ajudar para que outras pessoas possam ser influenciadas e estimuladas pelos fatos narrados. Isso porque a contribuição dos relatos dos idosos não se limita ao aspecto particular, individual, mas também para o coletivo e social. Assim, as experiências e seus sentidos, ao serem narrados e expostos pelos idosos, podem ser transmitidos ao longo das gerações, influenciando o conhecimento e entendimento do contexto atual.

Por meio de suas recordações e história de vida, a pessoa idosa é um construtor social e, através do seu legado, podemos ter acesso a um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos e que nos é revelado através de suas lembranças narradas no presente. Dessa forma, essa pesquisa tem como questão problema: Como as histórias e narrativas de pessoas idosas contribuem para a memória e a construção das identidades coletivas?

Para o desenvolvimento de nossas análises, elencamos os seguintes objetivos: analisar as Políticas Públicas de proteção aos direitos da Pessoa Idosa; reafirmar a necessidade do fortalecimento dos vínculos familiares e da valorização da pessoa idosa no município de Pinhão, Paraná; acessar as memórias dos idosos e resgatar as suas histórias por meio de conversas, criando vínculos e demonstrando a importância de que sejam protagonistas de suas vidas, de suas histórias; afirmar a importância da pessoa idosa como atores da cultura oral na sociedade, contribuindo para a melhora na qualidade de vida dessa população.

(83) 3322.3222

contato@cneh.com.br

www.cneh.com.br

Metodologia

Essa pesquisa pretendeu estimular de maneira prazerosa e criativa a consciência de que eles, apesar de se sentirem excluídos e inativos, pudessem recuperar a autoestima tão afetada por abandono e esquecimento, ou em alguns casos, pela falta de entes mais próximos que poderiam dar a atenção e carinho necessários a todo ser humano como suporte aos reveses da vida. Buscar através da metodologia da História Oral, benefícios como reativação da memória, potencializar a criatividade construtiva, expandir expressões e sentimentos, crescimento interpessoal e afetivo são algumas das possibilidades presentes por meio desse encaminhamento metodológico.

Quando revelam suas lembranças e histórias de vida, as pessoas idosas produzem significados às diversas realidades humanas e se sentem valorizadas a partir do momento em que o seu passado e sua história são apreciados e transmitidos às outras pessoas, gerando mais sentido para a sua vida.

Optamos por utilizar como eixo a construção de uma autobiografia, de forma que através da evocação pudéssemos estimular as lembranças consideradas mais remotas e estas pudessem ser expressas através das oralidade, textos, colagens, desenhos. Assim, a infância foi o eixo sobre o qual estruturamos a abordagem de cada uma das atividades pensadas para este momento, tais como: a casa em que se viveu; brincadeiras e cantigas; a família de origem; a vizinhança; a escola; as festas; a alimentação; os sonhos, vivências, entre outras. Objetivamos uma investigação qualitativa, através do método dialético. Utilizamos nesse trabalho também a análise do registro de diferentes informações: leis federais, levantamento de dados técnicos e informações de órgãos públicos sobre as Políticas Públicas de proteção e valorização da pessoa idosa. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com os idosos, procurando aprofundarmos as narrativas das suas trajetórias de vida.

Resultados e Discussões

Pinhão localiza-se na região centro-sul do Paraná, à aproximadamente 300 km de distância da capital do Estado. Segundo o censo do IBGE, em 2010 tinha aproximadamente 30.208 habitantes e a população estimada em 2018 é de 32.219. Com

uma área territorial de 2.001,588 km² e com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,654. Tem sua economia voltada para agropecuária, tanto de corte como leiteira, para a agricultura e a indústria extrativista madeireira, tendo pouco destaque no comércio. A principal renda econômica do município vem da produção agrícola.

Do total da população estimada, segundo dados do IBGE, há no município 2.531 pessoas idosas, sendo 1.324 homens e 1.207 mulheres. Deste total, há 896 idosos com idade entre 60 a 64 anos; 630 entre 65 a 69 anos; 463 entre 70 a 74 anos; 303 entre 75 a 79 anos e 239 acima de 80 anos. No município, o número dessa população corresponde a 12,70% do total de habitantes.

As ações voltadas para proteção do idoso no Brasil, atualmente, estão colocadas como prioridade para o Estado, para a sociedade e para a família, os quais precisam garantir condições de vida digna para com os mesmos. Cabe aqui destacar que nestas novas configurações as famílias assumem papel desafiador para a garantia do convívio, manutenção e satisfação de suas necessidades, considerando as condições socioeconômicas nas quais se encontram. Antes do auge do capitalismo, os idosos eram pessoas importantes, por isso os cuidados para com estes eram maiores. Após o advento da sociedade capitalista contemporânea, o idoso não está mais ativo para o trabalho, tornando-se, portanto, improdutivo.

O artigo 226 da Constituição brasileira descreve a família como “base da sociedade”, reconhecendo a importância da organização familiar para a formação e manutenção da sociedade. Tanto o texto constitucional quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 25, ampliou-se o conceito de família constituída por qualquer dos “pais e seus descendentes”, não mais se reportando à necessidade de um casamento para estabelecer vínculos familiares.

Já o Código Civil, no artigo 1511, coloca que “o casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. Este artigo é princípio geral para se desenvolver pleno e pessoalmente aqueles que fazem parte dos entes familiares.

Aos observar a legislação brasileira atual, reconhece que na família está presente ou pai, ou a mãe, respectivamente com seus descendentes, e não necessariamente os dois, conforme artigo 226 da Constituição Federal, artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente e artigo 1511 do Código Civil. Uma vez colocada como uma das instituições sociais que devem desenvolver condições para o convívio com seus idosos cabe, aqui, abordar afinal que família se fala na atual conjuntura.

Conforme se observa em literaturas, ao abordar as configurações que se constrói historicamente, a família passa por transformações assumindo concepções e funções diferenciadas, de acordo com as mudanças pelas quais a sociedade se vê envolvida, em determinados momentos da história humana. Assim, para tratar de família, é necessário olhar para realidades diversas, com conhecimento e não com preconceito.

Zagabria e Pedro (2010, p. 2) afirmam que, “historicamente, a família assumiu diferentes configurações e passou por profundas transformações ao longo dos séculos”. Cabe aqui pensar a família na contemporaneidade, seus arranjos e vínculos relacionais. É comum a utilização de termos como “desestruturação” da família, quando esta é analisada a partir de perspectivas teóricas e culturais tradicionais, dando um significado negativo às mudanças ocorridas como característica de fragmentação, crise, ou mesmo o fim das realidades familiares. Esta forma de compreensão para Garcia (2006, p. 22), envolve uma definição de família como tradicional estruturada que “[...] compreende pai, mãe e filhos”, com um significado de organização, progresso.

No entanto, ao observar as constantes mudanças ocorridas sob uma perspectiva crítica, tem-se o afirmam Freitas, Braga e Barros (2011, p. 17), “[...] trata-se de famílias no plural, porque encontramos, no dia a dia, uma multiplicidade de tipos”. As questões de família, hoje, ampliaram-se para além das relações entre parentes. A família ampliada abrange diversas realidades, como apontam Afonso e Filgueiras (1995) ao estudarem diversos arranjos familiares, e afirmam que a diversidade abarca pessoas com histórias de vida diferentes, articulando questões de gênero, cor, raça, classe social entre outros.

Assim denota-se que atualmente existem múltiplas formas de organização familiar, e segundo Sarti (2011, p. 23), perpassam os vínculos genéticos, e residenciais, considerando que “[...] são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações”. Esta é uma realidade vivida, obrigação da família para com os seus.

Barros, Braga e Freitas (2011, p.20) colocam que a “[...] convivência e o relacionamento esbarraram no dia a dia, na realidade concreta, onde as pessoas vivem e sentem”. Este tipo familiar compreende a ideia de família, aquela pensada por indivíduos, com os quais se relacionam e se dão bem, apesar de não conviverem entre si. O conceito de família pensada inclui os parentes próximos, com os quais se possui vínculos de afinidade e afetividade.

Segundo Oliveira, Souza e Freitas (2006, p.9) “[...] é no seio da família que podemos participar de um ambiente onde há possibilidade de identificação pela construção de nossa individualidade em companheirismo, respeito e dignidade”.

Desta forma, o que dizer da relação entre família e idosos? Os dados que representam o aumento gradativo da expectativa de vida, em nível mundial, apontam para a necessidade de se pensar uma sociedade mais adequada para pessoas idosas.

Segundo dados sobre envelhecimento no Brasil uma das maiores conquistas culturais de um povo em seu processo de humanização é o envelhecimento de sua população, refletindo uma melhoria das condições biológicas de vida. De acordo com projeções das Nações Unidas (Fundo de Populações) “uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050”. (Secretaria Nacional de Promoção Defesa dos Direitos Humanos).

Assim como este, outros estudos apontam para o processo de envelhecimento da população brasileira e atrelado a este fato, advém um outro fator deste processo: a qualidade de vida destas pessoas que passam a viver mais tempo e necessitam de cuidados cada vez mais complexos.

Quanto a esses cuidados necessários para com a população idosa, é importante observar que há a noção, legal e cultural, de obrigação de cuidados evidenciados com parentesco. Cabe observar o que fala Mercadante (2003, p. 61) a velhice “[...] inclui as dimensões biológica, psíquica, cultural e existencial”.

Para Sayeg (1998, p. 169) “o envelhecimento é uma fase natural da vida, determinada, basicamente, por três fatores: genética, estilo de vida e meio ambiente”. Cuidar significa atender o outro em todas as suas necessidades, sejam elas objetivas e subjetivas. Conforme cita Duarte (2011, p. 77) “[...] a atitude de cuidar pode provocar preocupação, inquietação e sentido de responsabilidade”. Então, cuidado exige participação na vida do outro.

Os direitos dos idosos não são cumpridos quando há falta de cuidados familiares, recursos escassos para sobrevivência e fragilidade de vínculos familiares. Apenas quando ocorre a violação de direitos com perda de vínculos entre familiares e idosos, ou seja, quando a família não oferece condições de desenvolver suas funções de cuidar e proteger, tem-se nos serviços da assistência social, considerados de alta complexidade, que visam o desenvolvimento da proteção social especial.

É necessário ouvir e dar voz às pessoas idosas para que elas possam revelar suas histórias, experiências do que viveram e as expectativas do que ainda está por vir. Esta narrativa da memória e histórias de vida das pessoas idosas é fundamental para

construção de sua própria identidade, e para que outras gerações possam aprender com suas experiências de vida.

Em meio a uma sociedade onde a tecnologia, o consumismo e a individualidade se mostram cada vez mais presentes, a experiência de escutar a história de vida das pessoas ocupa um espaço demasiadamente reduzido. Principalmente, quando quem fala é a pessoa idosa que é, muitas vezes, compreendida pela sociedade como ultrapassada, frágil e incapaz. Entretanto, um dos papéis sociais atribuídos à pessoa idosa é o de ser a memória coletiva dos grupos sociais a que pertence, narrando suas histórias e transmitindo seu legado cultural.

Observamos nas trajetórias de vidas os caminhos percorridos, as aprendizagens que se fizeram e que constituíram a identidade metamorfose: transformações do corpo, de papéis sociais, de atividades, de projetos e da consciência. Os sentidos do envelhecer podem ser tratados também na condição de ambiguidade de toda a existência, no constante ir e vir, nos progressos e retrocessos que se fizeram presentes nos fatos narrados pelos idosos.

Na sociedade contemporânea pode ser observado um contrassenso, pois, ao mesmo tempo em que se busca uma maior expectativa de vida, a pessoa idosa é, muitas vezes, posta à margem da sociedade, sendo associada a uma série de estigmas como o da limitação funcional, da incapacidade, da falta de papéis sociais, da improdutividade, entre outros. Assim, ao negar a velhice, a sociedade contemporânea desvaloriza a história, os conhecimentos, a experiência de vida e a própria identidade da pessoa idosa, não visualizando esta como fonte de sabedoria.

A memória social do idoso permite a manutenção da identidade grupal, mostrando-se como elo vivo entre gerações, transmitindo a história de um passado vivido e experimentado.

A função da pessoa idosa seria a de lembrar e aconselhar, unir o começo e o fim, ligando o que foi com o porvir. Assim, podemos considerar que a memória é conhecimento quando se apresenta como um processo de aprender-ensinar-construir, de fazer-desfazer-refazer.

Conclusões:

Nesse estudo verificamos a relação entre o sentimento de auto eficácia e o nível de participação na vida social. Muitas queixas referentes ao esquecimento andavam de

mãos dadas com a experiência de se sentirem sozinhas e isoladas do mundo. O desenvolvimento desta pesquisa tem contribuído para estimulação a memória, encorajamento para usar capacidades e competências cognitivas de modo eficaz, ensinando estratégias compensatórias de modo a permitir que os idosos possam levar uma vida o mais independente possível. Suas histórias e lições de vida proporcionam crescimento para cada um enquanto pessoas. Percebemos que o resgate e a comunicação das experiências dos idosos possibilitaram criar um espaço de interlocução de suas memórias, ressignificando assim, o passado e o presente.

Mudanças na concepção da velhice e envelhecimento ocorrem com a efetivação de políticas de educação inclusiva, pressupondo reformas na gestão escolar, sobretudo no projeto pedagógico e curricular da escola, voltado às diferenças e diversidades etárias. Os espaços educativos demandam práticas de acessibilidade e convivência de inclusão e, a escola e demais espaços educativos, se insere nesta perspectiva junto aos seus alunos e demais profissionais da educação. Se os estudos sobre envelhecimento ganham espaços em estudos e pesquisas na academia e na sociedade, a escola tem uma função em disseminar os saberes acerca do envelhecimento. Discutir sobre a sustentabilidade intergeracional em âmbito nacional exige reflexão continuada nas instâncias educacionais.

Ao recordar suas vivências, não é somente a pessoa idosa que se beneficia, mas todos aqueles que estão a seu lado, estabelecendo um sentido de continuidade cultural entre as gerações. Através das recordações das pessoas idosas, são percebidas as transformações ocorridas no espaço, na história, nas instituições, nos papéis sociais e no imaginário social.

Bibliografia

ALMEIDA, Laura Maria Pedrosa de. **Vulnerabilidade social**. Desenvolvimento Humano no Recife, Atlas Municipal. Recife: 2006. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/Vulnerabilidade%20Social.pdf>>. Acesso em: 26/10/2018.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

BOSI, E. (2003). **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo (SP): Ateliê Editorial.

BOSI, E. (2012). **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. (17ª ed.). São Paulo (SP): T. A. Queiroz.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (1998)**. Emenda Constitucional, nº 35, de 20 de dezembro de 2001, 29 ed. Saraiva, 2002.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CONSELHO Nacional do Ministério Público. **Tendências em direitos fundamentais: Possibilidades de Atuação do Ministério Público**, volume 1 / Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2016.

DUARTE, Luzia Travassos. **Envelhecimento: processo biopsicossocial**. (Monografia) 2008. Disponível em: www.psiconet.com/tema/monografias/brasil. Acesso em 26/10/2018.

DUARTE, Marco José de Oliveira. ALENCAR, Mônica Maria Torres. (Org.). **Família & Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2011.

FARIELO, Danilo; VIEIRA Catherine. A vida começa aos 60. **Valor On Line**. São Paulo, 20 de julho de 2007. Disponível em: www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/euefimdesemana/cultura.html. Acesso em 26/10/2018.

FRAIMAN, Ana Perwin. **Coisas da Idade**. 4ª edição. São Paulo: Gente, 1995, p.143.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JANCZURA, Rosane. Risco ou vulnerabilidade social? **Revista Eletrônica PUC**: Porto Alegre, v. II, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

Ministério do Desenvolvimento Social. **Proteção Social Básica**. Disponível em <http://www.mds.gov.br>. Acesso em 26/10/2018.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64**. 9. Ed. São Paulo. Cortez. 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PNAS, **Política Nacional de Assistência Social – PNAS /2005**. Brasília, novembro de 2005;

SAYEG, N. A. Questão do envelhecimento no Brasil. **Revista O mundo da saúde**. Nº4. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, jul/ago, 1998.